

Na área da educação, um ano de transição.

Na história da educação brasileira, 1985 certamente será conhecido como um ano de transição: nada de revolucionário ocorreu, é verdade, mas algumas decisões importantes acabaram sendo tomadas. Não é muito, reconheçamos, porém, os passos decisivos para a reorganização de um sistema de ensino superado e ineficaz foram finalmente dados.

Em primeiro lugar, a Nova República teve o bom senso de tirar a Emenda Calmon do papel, colocando-a em prática já a partir de 1986. Isso significa que, de hoje em diante, o setor educacional contará com recursos à altura de suas necessidades — uma antiga aspiração dos movimentos docentes de todo o País, das organizações estudantis, dos secretários estaduais e municipais de educação e das próprias associações de pais e mestres. Aliada ao desprezo do MEC pela nomenclatura da Velha República, a escassez crônica de verbas foi, durante décadas, um dos principais motivos pelos quais tanto os programas de alfabetização de crianças quanto os programas de formação profissional em nível superior deixaram a desejar, em termos de desempenho.

Em segundo lugar, a Nova República também teve o mérito de não se deixar seduzir pela utopia dos projetos ambiciosos e fantasiosos que, a exemplo do velho e desmoralizado Mobral, prometiam muito e faziam pouco. Em vez de uma atuação dissociada da realidade nacional, o MEC conseguiu restabelecer o diálogo com os professores responsáveis pelo ensino de 1º e 2º graus, criando assim condições excelentes para impor uma nova programação escolar de comum acordo com a comunidade. Nesse sentido, em que pese a tentativa do ministro Marco Antônio Maciel de retirar dele alguns dividendos eleitorais destinados a ampliar seu patrimônio político, o Dia D da Educação Nacional acabou sendo uma realização inédita entre nós — e com resultados positivos.

Em terceiro lugar, a Nova República teve sensibilidade suficiente para não reduzir o problema da educação brasileira a um único problema — erro comum na Velha República, quando seus dirigentes confundiam a tragédia do ensino brasileiro com a falência de nossa Universidade. Dando a devida atenção ao 1º e 2º graus, o governo soube repartir seus recursos e sua atenção harmoniosamente, deixando para uma comissão de especialistas de alto nível a responsabilidade pelo diagnóstico e pelo oferecimento de sugestões reformadoras no que se refere ao ensino superior, aos cursos de pós-graduação e às atividades de pesquisa.

Essa comissão, a primeira formada pelo presidente José Sarney logo no início de sua gestão, trabalhou durante seis meses no Rio de Janeiro e em Brasília, produzindo um extenso relatório cuja versão definitiva foi publicada somente no final do ano. Trata-se de um documento bastante importante, porém desigual no tratamento dos problemas e na fixação de prioridades, na medida em que enfatiza alguns tópicos relativos, por exemplo, à recuperação dos padrões de ensino das instituições de ensino superior e despreza outros assuntos tão significativos, como o da excessiva politização das atividades docentes. O valor desse relatório está menos em seu diagnóstico, uma vez que há pouca novidade na percepção das razões pelas quais a Universidade brasileira se encontra hoje estilhaçada e desacreditada, e mais no sentido, no alcance e no conteúdo das múltiplas sugestões apresentadas pelos especialistas escolhidos pelo Palácio do Planalto.

A medida mais importante proposta pela comissão diz respeito à desregulação e à descentralização do setor educacional. Ela tem como premissa a denúncia da excessiva regulamentação das atividades educacionais, comprometendo a saudável autonomia que deveria ser a principal característica da vida universitária. Ao manipular um intrincado conjunto de portarias, resoluções administrativas e instruções normativas, impondo a cada departamento, instituto ou faculdade uma terrível rotina burocrática, o Conselho Federal de Educação deixou de agir visando a conquista de ganhos de produtividade na qualidade do ensino superior, transformando-se num amplo cartório preocupado apenas com questões formais que dão aos seus conselheiros um imenso poder de clientelismo tanto na área educacional pública quanto no setor privado de ensino, em todos os três graus.

Ao propor a reformulação total do Conselho Federal de Educação, sugerindo até mesmo a imediata substituição de seus integrantes atuais por outros eleitos a partir de critérios explícitos, a comissão de especialistas nomeada pelo presidente José Sarney acabou colocando o dedo na ferida: a solução apresentada seguramente suscitará resistência dos segmentos que até agora se aproveitaram de uma estrutura cartorial e centralizada de controle de qualidade, mas exigirá tanto do próprio chefe da Nação quanto do ministro da Educação uma decisão corajosa. Se ela não for tomada, tudo continuará como antes: a exemplo de seus antecessores, que falaram muito em reformas e contribuíram pouco para torná-las realidade, os atuais dirigentes do MEC terão perdido uma oportunidade ímpar de retirar a Universidade do marasmo em que se encontra.

De qualquer forma, o saldo de 1985 na área educacional é bastante satisfatório. Nesse período de transição, o ganho mais significativo foi o retorno da figura do ministro da Educação a uma situação de prestígio no âmbito do processo decisório do governo federal. Na Velha República, como é sabido, os titulares dessa pasta — com a única exceção do ministro Rubem Ludwig, por ser general da ativa — foram reduzidos ao papel de participantes secundários de uma gestão governamental manipulada pela tecnocracia. Sem voz e peso reais nas tomadas de decisões, e submersos na fantástica burocracia da estrutura administrativa do próprio ministério e do Conselho Federal da Educação, eles, com sua fraqueza política e com sua inoperância funcional, contribuíram decisivamente para o aprofundamento da crise de nosso sistema de ensino, nos seus três níveis.

Resta esperar que, em 1986, um ano eminentemente eleitoral, o ministro da Educação — seja ele o atual, seja seu eventual sucessor após a reforma ministerial marcada para fevereiro — saiba utilizar seu prestígio no interesse das atividades de ensino, negando-se a colocar os vultosos recursos carreados pela Emenda Calmon a serviço de candidatos e de campanhas — um fenômeno comum no tempo da Velha República, quando os interesses públicos eram manipulados em função de interesses pessoais. É preciso evitar a qualquer custo que isso ocorra, não apenas em razão dos critérios éticos que devem imperar na administração dos anseios coletivos, mas, também e principalmente, em virtude da importância das atividades de ensino para o aprimoramento de nossos recursos humanos.